

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Arrecadação de ICMS e IPVA alavanca receita do Estado

Segundo a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, que prestou contas à Assembleia ontem, receita de janeiro a agosto somou R\$ 16 bilhões

06/11/2019 - 23:00



O aumento de 9,6% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e de 8,9% do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) está entre os principais fatores para melhora na receita do Estado de Goiás entre janeiro e agosto de 2019. A receita primária líquida no período foi de R\$ 16,3 bilhões, sendo que impostos e taxas somaram R\$ 10 bilhões. Já as despesas pagas somaram R\$ 14,9 bilhões.

Os dados foram informados pela secretária da Economia, Cristiane Schmidt, ontem, durante prestação de contas à Assembleia Legislativa, na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.

A auxiliar do governador Ronaldo Caiado (DEM) afirmou que a despesa de janeiro a agosto foi maior do que no mesmo período do ano passado por causa do pagamento do salário do funcionalismo público referente a dezembro de 2018, que foi quitado em escalonamento ao longo dos primeiros meses do ano.

“Mas também aumentamos a nossa receita em maior magnitude e diminuimos nosso déficit em 43%. Isso ocorreu porque estamos enfrentando alguns problemas de frente, como a sonegação fiscal e contratos com sobrepreço”, disse a secretária.



## Saneago

A segunda votação do projeto que autoriza o Estado a vender 49% das ações da Saneago estava prevista para ocorrer ontem, mas a sessão ordinária não foi aberta por falta de quórum, pois a maior parte dos deputados estava na reunião com a secretária da Economia. A decisão foi tomada por Cláudio Meirelles (PTC), 1º secretário da Mesa Diretora, que era o responsável por abrir os trabalhos.

O líder do governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), acusou Cláudio de encerrar a sessão para atrasar a votação do projeto. Cláudio disse que não abriu a sessão porque o regimento prevê o início para as 15h, e, nesse horário, apenas 12 deputados tinham registrado presença.

São necessários 14 deputados para que a sessão seja aberta. Presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), disse que Cláudio agiu dentro do regimento, mas, como os deputados estavam na sala ao lado, poderia ter dado de cinco a dez minutos de tolerância.



## Alego aprova a venda de 49% das ações da Saneago

Prevista na lei de criação da companhia, há mais de 50 anos, a nova legislação apenas atualiza o texto da matéria para o mercado financeiro dos dias atuais

DA REDAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, na última terça-feira, o projeto de lei, de autoria do Governo de Goiás, que prevê a venda de até 49% das ações da Saneago. Durante a sessão plenária, os deputados da base aliada defenderam que a abertura do capital para o mercado financeiro trará grandes benefícios para o Estado. “Em primeiro lugar, a matéria jamais seria votada se fosse privatização. O projeto garante 51% [das ações], no mínimo, para o Governo estadual”, explicou o líder do governo na Casa, deputado estadual Bruno Peixoto.

Chico KGL, Paulo Trabalho, Henrique César, Wagner Neto e vários outros deputados utilizaram a tribuna para destacar os pontos positivos do projeto de lei. “Respeito qualquer opinião contrária, mas se esse dinheiro [da venda das ações] for investido na Saneago, teremos uma valorização muito grande da Companhia, que é o patrimônio dos goianos”, defendeu Wagner Neto.

O texto aprovado pelo plenário contém emenda do deputado Rubens Marques, que obriga a aplicação de pelo menos 30% do recurso adquirido em saneamento básico em Goiás. O projeto de lei segue para segunda votação em plenário, que tem um prazo de 24 horas.

### SEM PRIVATIZAÇÃO

Na última sexta-feira (1º/11) o governador Ronaldo Caiado participou de solenidade de entrega de 22 veículos para a Saneago, que foram destinados ao Programa de Segurança de Trabalho da companhia, e reforçou que não haverá privatização da Companhia.

“A Saneago continuará tendo o comando, com a preservação de 51% de suas ações. Buscamos dar musculatura à Companhia para não ceder espaço a outras empresas privadas que querem apenas [atuar] nas grandes cidades, deixando de lado mais de 100 municípios goianos que não têm atendimento de água de qualidade”, ressaltou Caiado.

Na ocasião, o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, ainda comentou que a autorização de venda das ações já estava prevista desde a criação da empresa e que o projeto de lei enviado para a Assembleia apenas moderniza a negociação para os dias atuais.

“Não é uma nova lei, não está se autorizando. Isso já está autorizado há mais de 50 anos, quando foi criada a empresa. Está na lei de criação da empresa essa possibilidade. O projeto que foi encaminhado para a Assembleia Legislativa foi apenas para atualizar as práticas de mercado de hoje em dia”, concluiu.



**Fio Direto**

SUELY ARANTES

## Caiado sanciona lei que inclui dependente provisório no Ipasgo

- Aprovada na Assembleia, foi sancionada pelo governador Ronaldo Caiado e publicada no Diário Oficial do Estado de terça-feira a lei que obriga a inclusão da criança sob guarda provisória no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo-Saúde). O autor do projeto é o deputado Humberto Aidar (MDB)
- Até então, as famílias que se enquadravam nesta situação ficavam desamparadas, pois a Lei nº 17.477, de 25 de novembro de 2011, em seu artigo 15 inciso IV, dizia que poderiam ser integradas apenas as crianças que estivessem sob a guarda do titular, desde que em processo de adoção, ou sob a guarda judicial do titular. Ou seja, não incluía o dependente com guarda provisória.
- Com o novo texto sancionado, fica expandido esse nicho para qualquer menor que esteja sob a guarda definitiva ou provisória do titular do Ipasgo-Saúde, desde que em processo de adoção.
- A lei entrou em vigor a partir da data de sua publicação



## Estado aumenta 12% da receita

Fotos: Valdir Araújo

Em prestação de contas referentes ao 2º quadrimestre de 2019, Cristiane Schmidt destacou crescimento da receita do estado, mas apontou necessidade de reformas

Raphael Bezerra e Samuel Straioto

O estado de Goiás recebeu um incremento de 12% da receita primária líquida entre os meses de janeiro a agosto de 2019 no comparativo com o mesmo período do ano passado. A exemplo, ela citou que no 4º bimestre de 2019, o ICMS goiano computou um aumento de 9,6% e o IPVA cresceu 8,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Apesar do crescimento, a secretária de estado da Economia, Cristiane Schmidt alerta que ainda são necessárias reformas estruturantes, como a da previdência que aguarda tramitação na Assembleia Legislativa (Alego), para que o estado tenha recursos para investimentos. Isso porque, em Goiás, 87% da receita é gasta com folha de pagamento e, incluindo o montante de dívidas e precatórios, esse valor chega a 99% da arrecadação. Nesta perspectiva, segundo a secretária, sobra apenas 1% para o custeio da máquina pública e investimento em áreas prioritárias. Os dados foram apresentados durante audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Or-



Em clima bom, oposição elogiou postura da secretária de sempre estar presente nas prestações de conta

çamento da Alego, na tarde desta quarta-feira, 6.

O impacto da crise fiscal em Goiás, conforme a secre-

diante de uma recessão. Em contrapartida, as despesas discricionárias despencaram para 1,7% do PIB", comentou.

não quis pagar, ele não conseguiria, pois não havia dinheiro em caixa", disse.

### Mudança de postura

Para a secretária de economia, Cristiane Schmidt, a postura do governo para combater a corrupção e a sonegação fiscal deram ao estado um fôlego maior para o fechamento das contas e o crescimento da arrecadação. "Nossos auditores têm enfrentado de frente a questão fiscal para que nossas receitas aumentem. O esforço fiscal do estado no período gerou um resultado primário de R\$ 1,35 bilhão, mesmo com o pagamento da folha de dezembro de 2018", ressaltou.

Mesmo com a postura mais atuante da Secretaria de Estado da Economia, uma situação que preocupa os deputados e a própria secretária é a evasão de produtos e produções agrícolas pelas fronteiras do estado. Durante a prestação de contas, o deputado estadual Paulo Trabalho (PSL) argumentou que em municípios próximos a fronteiras com outros estados onde o tributo é mais barato, há o transporte dessas mercadorias de forma irregular para evitar a fiscalização. A secretária convidou os parlamentares para um diálogo em busca de medidas e soluções com a finalidade de combater a evasão.

### Nossos auditores têm enfrentado de frente a questão fiscal

tária, se deu devido à conjuntura econômica e à complexidade de abertura de novos negócios no País. "O Brasil está com o seu PIB abaixo do seu nível pré-crise (2014). Prevemos um crescimento inferior a 1% em 2019. O estado brasileiro aumentou as suas despesas obrigatórias mesmo

Ela conta que, caso a folha de dezembro de 2018 tivesse sido paga naquele ano, as despesas com pessoal de 2019 teriam uma redução de 9,11%, entretanto, em tom mais ameno, ela entendeu a falta de capacidade do estado em não realizar o pagamento. "Não é que o governo anterior



## Secretária espera por pressão do setor produtivo

Durante a apresentação da secretária de Economia, centenas de manifestantes trabalhadores da montadora de veículos Caoa e Mitsubishi protestavam contra a redução dos incentivos fiscais e o fim do chamado Crédito Moeda. Os trabalhadores temem demissões em massa caso os incentivos sejam reduzidos.

Para a secretária, pressões do setor produtivo é algo natural e esperado. Segundo ela,

havia, em Goiás, R\$ 8 bilhões em renúncias fiscais. “É preciso ajustar. Atuamos fortemente para reverter um programa do Governo Federal que excluiu Goiás e beneficiaria as montadoras. O governador Ronaldo Caiado (DEM) está indo a Brasília na tentativa de reverter essa medida, mas precisamos corrigir as distorções para garantir justiça tributária. As grandes empresas deveriam ter uma carga tributária igual

a quem paga o Simples Nacional”, completou.

### Clima na prestação de contas foi ameno

Ao contrário das primeiras participações da economista carioca Cristiane Schmidt na Assembleia Legislativa de Goiás, a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2019 foi feito em um clima amigável e de elogios da oposição à postura da secretária. No início do

ano, parlamentares temiam o não pagamento das emendas não impositivas. Entretanto, a secretária tranquilizou os deputados e disse que a verba para o pagamento das emendas já está separada e aguarda o empenho da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO).

Os deputados estaduais Helio de Sousa (PSDB) e Lucas Calil (PSD), ambos da oposição, destacaram a importância da secretária na Casa de Leis para

a apresentação dos detalhes técnicos. Helio de Sousa ressaltou que Cristiane Schmidt é a primeira titular da Pasta Fazenda que vem à Assembleia em vez de representantes. “Gosto de estar aqui olhando nos olhos dos deputados para entender as demandas e as aflições. Temos que trabalhar em parceria, Legislativo e Executivo. Só assim vamos sair de uma situação dessa”, afirmou a secretária.

## Antecipação de pagamento dos servidores é meta do governo

O Estado conseguiu antecipar o pagamento dos servidores neste mês, em comparação com o mês anterior. Os salários dos profissionais da área da Educação tiveram o salário quitado na última semana, dos demais servidores está previsto para esta quinta-feira (6). O assunto também foi objeto de questionamentos de deputados estaduais a secretária de Economia, Cristiane Schmidt durante prestação de contas na Assembleia Legislativa.

A reportagem de O HOJE questionou a secretária sobre quais fatores permitiram uma antecipação do pagamento deste mês e qual a perspectiva para os próximos meses. Cristiane Schmidt disse que houve incremento da receita a partir de situações que para ela são conjunturais, ou seja, de efeitos a curto prazo e não estruturais.

A secretária destacou que a longo prazo, seria importante para o governo o ingresso no Regime de Recu-

peração Fiscal (RRF). Ela ressaltou que o quadro estrutural ainda é preocupante. A secretária disse que um problema a ser enfrentado é a redução de gastos com pessoal. Ela informou que a folha de pagamento considerando ativos e inativos chega a 87% da receita do Estado, somado com precatórios e a dívida, sobre para 99%, restando apenas 1% para investimentos nas diferentes áreas da gestão. Somente o Poder Executivo está com 52,70% da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Tivemos o depósito do judiciário, suspensão da dívida, tudo que não é estrutural e sim conjuntural, fez com que a gente pagasse. Não sabemos se vamos conseguir fazer isso lá na frente, se a gente não entrar no RRF a gente volta a pagar os juros da dívida. Se a gente pagar os juros da dívida o pagamento de folha, dívida e precatório consome 99% da folha. O governador foi elei-



Cristiane assume que antecipação só foi possível com verba extra

to por 7 milhões de habitantes, a gente precisa fazer política para essas pessoas”, declarou a secretária.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), declarou que para os próximos meses é cedo ainda dizer se o Estado conseguirá fazer antecipação de pagamentos. Caiado disse que é preciso ter cautela, por conta dos diversos compromissos da administração pública estadual.

“Vocês sabem que é um esforço que o estado está fazendo e vocês sabem que não sou de ficar escondendo situações, nós estamos conseguindo trazer para dentro do mês, mas por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, nós não estamos pagando a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional. É por isso a necessidade de nós ampliarmos nossas ações, por exemplo,

com a Reforma da Previdência que foi para a Assembleia Legislativa e ações também que venham a diminuir o custo do Estado”, destacou.

### Restos a pagar

Na prestação de contas, um ponto destacado pela secretária Cristiane Schmidt foi sobre os restos a pagar. A folha de pagamento de dezembro do ano passado entrou na lista dos itens pendentes, assim como dívidas na área da Saúde e Educação.

A secretária explicou que foi possível reduzir em 43% os restos a pagar que ficaram para o atual exercício. Cristiane declarou que aos poucos, o governo vem tentando reduzir o passivo.

“Pagamos, em números, em torno de R\$ 1,15 bilhão, isso diz respeito, majoritariamente, a saúde e educação. Tínhamos 13 meses de transporte escolar sem pagamento e 7 meses de merenda escolar sem pagamento”, afirmou a secretária em resposta ao O HOJE. **(Especial para O HOJE)**

# OPÇÃO (06/11)



26 mil CRV e CRLV

## Detran regulariza emissão de documentos de licenciamento

06/11/2019 18:34 ... Por Eduardo Pinheiro ...

**Autarquia pagava R\$ 3,56 por unidade impressa. Com a troca da empresa, o valor passará para R\$ 0,60 por documento**



A emissão de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo e Certificado de Registro de Veículos (CRV e CRLV) foi regularizada nesta quarta-feira, 6, pelo Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO). O órgão imprimiu mais de 26 mil unidades.

A impressão dos documentos em larga escala se deu após um acordo formalizado com a empresa que detinha o contrato com a autarquia, até que haja a homologação e instalação da empresa vencedora da nova licitação. A demanda reprimida dos últimos dias deve ser normalizada até sexta-feira, 8.

O serviço vinha ocorrendo em regime especial desde a última sexta-feira, 1, devido à reestruturação ocorrida após a conclusão de processo licitatório para escolha de empresa responsável por realizar as impressões.

Em Goiás, são entregues cerca de 200 mil documentos de veículos por mês. A autarquia pagava R\$ 3,56 por unidade impressa. Com a troca da empresa, o valor passará para R\$ 0,60 por documento, o que levará a uma economia de 83%, representando cerca de R\$ 550 mil por mês (R\$ 6,6 milhões ao ano), para os cofres públicos.

As mudanças promovidas no Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO) neste ano geram uma economia direta e indireta para os goianos na ordem de R\$ 150 milhões. Para o cálculo, foram computadas a redução no preço de serviços, revisão de contratos, extinção de procedimentos desnecessários que oneravam o cidadão.

Para minimizar o impacto da transição, o usuário tem a opção de utilizar a versão eletrônica do CRLV. Ela pode ser obtida por meio do aplicativo do Denatran (Carteira Digital de Trânsito), disponível na Google Play e Apple Store.



Acordo

Bancada goiana anuncia a Caiado R\$ 1,3 bilhão em emendas para o Estado

06/11/2019 20:36 ... Por Eduardo Pinheiro ...

A cifra representa o segundo maior valor em emendas impositivas apresentado por grupo de parlamentares



A bancada federal goiana apresentou, nesta quarta-feira, 6, em reunião em Brasília, projeto de lei orçamentária que destina cerca de R\$ 1,3 bilhão em emendas para Goiás em 2020. O valor apresentado cumpre o que foi acordado no início de outubro, quando o governador Ronaldo Caiado (PSDB) apresentou um caderno de sugestões de emendas para otimizar os recursos em diversas áreas.

De acordo com o governador, a verba tem grande importância porque irá atender a demanda da população, principalmente, em áreas como saúde e infraestrutura. Lembrando a situação fiscal do Estado – que todo mês gasta 99% da sua receita líquida no pagamento de servidores, precatórios e juros das dívidas –, o governador disse que as emendas são fundamentais para dar continuidade a obras e serviços demandados pela população. “As emendas vão, indiscutivelmente, melhorar a nossa condição de investimentos do Estado.”

O próximo desafio de Caiado é evitar que a Comissão de Orçamento faça cortes substantivos, garantindo que o orçamento da União seja aprovado e que Goiás tenha o direito ao R\$ 1,3 bilhão relativo a emendas impositivas.

O governador assegurou que, em a verba chegando a Goiás, as obras serão implantadas e os parlamentares terão o reconhecimento do Estado. “Isso para que as pessoas saibam que o trabalho que é desenvolvido no Legislativo federal, as vezes pouco visualizado pela população, é feito em parceria com o Estado de Goiás e ajuda a superar as dificuldades de investimentos”, ressaltou.



**Megaleilão**

## Municípios goianos devem receber R\$ 197 milhões do pré-sal

06/11/2019 19:17 --- Por Eduardo Pinheiro ---

**Presidente da Federação Goiana de Municípios, Haroldo Naves, avalia que, mesmo menor que o esperado, recurso faz diferença**



O valor destinado para os municípios goianos após o megaleilão do pré-sal será de R\$ 197 milhões, distribuídos conforme o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Já a fatia do Estado de Goiás da chamada cessão onerosa será de R\$ 185 milhões. Valores bem abaixo do esperado. A expectativa era que a venda do petróleo excedente gerasse R\$ 406,8 milhões para as cidades goianas.

Para o Presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Haroldo Naves, mesmo com um valor abaixo do esperado, esse recurso ainda faz grande diferença. “Diante do fato de dois postos de extração não receberem propostas os valores são positivos. Esse recurso ajudará aos municípios que vivem um período de extrema crise financeira”.

Naves ainda destaca que, na proposta inicial, apenas 5% do valor seria destinado aos municípios, e com articulação do movimento municipalista esse valor aumentou para 15%, também uma vitória foi o fato da utilização do valor por parte do município ser para outros fins como previdência ou investimento.

Das quatro áreas oferecidas no megaleilão do pré-sal, realizado nesta quarta-feira, 7, duas foram arrematadas por R\$ 69,96 bilhões. Do total desse valor 15% serão destinados a estados e Distrito Federal, 15%: municípios, 3%: estado do Rio de Janeiro, onde estão as jazidas, 67% para a União.



"CEGUEIRA DELIBERADA"

## Polícia deflagra operação que apura desvio de verba pública no Detran Goiás

Crime de corrupção também é investigado

🕒 | 07.11.19 - 08:45

 Tweetar

 Share 0

### A Redação

**Goiânia** - A Polícia Civil deflagrou, nesta quinta-feira (7/11), a Operação Cegueira Deliberada. A investigação apura crimes de desvios de recursos públicos e corrupção no Departamento de Trânsito de Goiás (Detran Goiás).

Segundo informações, policiais fazem diligências em várias cidades de Goiás e outros três Estados - Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e São Paulo. São cumpridos mandados de busca e apreensão.

Estão envolvidos na operação quase 200 policiais civis e peritos criminais.